

COMENTÁRIO

por J. Varela Gomes

Ao livro

**“MARIA EUGÉNIA VARELA GOMES
- Contra Ventos e Marés”**

de Maria Manuela Cruzeiro

Lisboa, Janeiro de 2004

929 Gomes
Maria Eugénia
Varela



M500143

Lisboa, Janeiro 2004
DE: J. Varela Gomes

Prezada Maria Manuela Cruzeiro

Imagino que estaria à espera de um meu comentário, mais ou menos estruturado (isto é, escrito), relativo à recapitulação biográfica levada a termo por m/mulher M. Eugénia, sob a sua orientação e estímulo; e, por fim, promovendo a respectiva publicação em livro. Pois então, vou procurar preencher - ainda não sei bem como - essa sua presumível expectativa.

Em primeiro lugar, considero que a fórmula adoptada “recapitulação biográfica assistida”, oferece inegáveis vantagens sobre a clássica autobiografia de pura rememoração pessoal. Fórmula, aliás, que a M. Manuela tem vindo a utilizar, com assinalado êxito, em trabalhos de idêntica índole, anteriormente publicados; a qual (mas no formato de simples entrevista) também vem sendo usada, um pouco por todo o lado, em particular pela televisão e outros meios de comunicação social.

Entretanto, no trabalho em causa - respeitante à M. Eugénia Varela Gomes, surgiu a possibilidade de associar à entrevista oral gravada em vídeo no Centro de Documentação 25 Abril, em 1999, um texto extenso escrito pela própria M. Eugénia na década de 80, ao qual ela sempre se referiu como “As Minhas Memórias”. Tal contraponto, oral ↔ texto, foi habilmente gerido pela M. Manuela. Abrindo assim - em minha opinião - uma nova variante mais versátil, no capítulo dos registos biográficos.

Torna-se evidente a minha reserva em relação à palavra/conceito “autobiografia”; e, portanto, também em relação ao uso excessivo dessa modalidade literária. Preferindo, por larga margem, a designação e a fórmula de “recapitulação biográfica”, que o vosso Centro de Documentação está introduzindo.

Conhecem-se inúmeras teses justificativas/explicativas do impulso autobiográfico ... que leva personagens várias a escreverem as passadas experiências individuais. Tudo bem. Na verdade, o instinto de deixar algum registo da sua breve passagem pelo mundo dos vivos é inerente ao género humano. Os animais limitam-se apenas a procriar. Os homens - sobretudo os mais conscientes da sua condição e responsabilidades - sentem ser sua obrigação - poder vir a ser útil - narrarem e legarem para a posteridade a história da sua

viagem terrena. Em princípio, pois, pareceria que a escrita autobiográfica não levantaria qualquer problemática especial, relativamente ao conjunto da produção histórica. Mas, efectivamente, não é isso que acontece. Uma primeira objecção, de ordem teórica, afirma que não podem existir autobiografias puras ... na medida em que não é possível contar a própria história sem contar a de outros, a da sociedade, etc. Isto é: acabar-se-á sempre por escrever uma heterobiografia. A 2ª objecção, de ordem moral/moralista e natureza insidiosa, acusa: a autobiografia é um exercício de narcisismo, uma demonstração *pro domo sua* (em proveito próprio), uma obra para servir a glória ou a notoriedade do autor, um grave pecado de soberba, para as Igrejas constituídas; um vício de vaidade (que a classe bem-pensante reserva para si).

Em meu entender, as objecções moralistas lançando suspeitas sobre as intenções autobiográficas, representam uma pequena erupção do milenar combate pelo controlo da palavra livre. Desde os alvares da civilização, todas as igrejas organizadas proclamaram a palavra como pertencendo ao domínio do sagrado; e que competia a eles, sacerdotes, zelarem por esse monopólio. “Ao princípio era o Verbo; e o Verbo era Deus” ... consta dos textos fundadores de todas as religiões minimamente elaboradas. A palavra é pertença dos deuses; pela sua boca a verdade é revelada aos humanos. Livro há um e só um. Chamem-se Tora, Bíblia,

ou Corão ... ou lá o que for. Em rigor, para os fundamentalistas, contêm toda a verdade. Está lá tudo; não é preciso escrever mais nada. Ainda hoje, ainda hoje - pasmai ó gentes - isso é afirmado.

Na religião cristã/católica o “crime capital” - O 1º Pecado Mortal - é a Soberba. A soberba de desafiar o monopólio divino da palavra. Durante séculos, multidões de seres humanos pagaram na fogueira, na tortura, com a abjuração forçada, etc, a “soberba” de procurar exprimir pensamentos e sentimentos independentes das doutrinas oficiais, contra ventos e marés. Os reis absolutos, a fidalguia, as classes dominantes, os déspotas de todas as épocas, sempre apreciaram imenso essa vigilância dos espíritos, a censura das ideias.

Ora o facto, que lamentavelmente somos obrigados a reconhecer, é que o “sentimento de culpa” inculcado em séculos de obscurantismo, atravessou o iluminismo oitocentista, as repúblicas liberais, o progresso industrial e tecnológico, foi até reforçado pelas ditaduras fascistas e outras no séc. XX ... e chegou ao XXI continuando a contaminar a expressão livre das ideias e sentimentos ... inclusivé conseguindo ainda afectar a reconstituição da memória biográfica, a narração do testemunho histórico.

Sabemos bem, olhando em redor e por cima das fronteiras, que os homens e mulheres nossos contemporâneos, desde os mestres do pensamento aos simples

amadores da palavra escrita e da palavra discurso, não estão ainda libertos da suspeita e da insídia ancestrais, não estão poupados à rigorosa vigilância da classe dominante, não estão dispensados de se acomodarem ao “politicamente correcto”.

Com efeito, a burguesia neo-liberal tem vindo a ganhar o controlo (quase absoluto) dos meios de informação e comunicação social, a nível planetário. O suposto 4º Poder das sociedades ditas democráticas, tornou-se propriedade e está ao serviço do capitalismo transnacional. Quem depende desse moderno sistema de monopólio da palavra, teve que aprender a acomodar-se - com maior ou menor dignidade - à nova realidade histórico-económica ... tal-qualmente os seus avoengos de épocas e situações que se julgavam irrepetíveis. Resulta dessa dependência um constrangimento psicológico que se traduz num imperativo de auto-justificação, na necessidade de questionarem as razões por que continuam escrevendo; mormente quando falam em nome próprio, biográfico. Será que a famosa civilização ocidental do progresso ininterrupto, do deus dinheiro, das liberdades e direitos humanos (impostos à bomba, inclusivé ...), será que neste admirável mundo novo, o fantasma do sentimento de culpa judaico-cristão voltou a assombrar os espíritos? Parece que sim. Claro que não me estou referindo à cáfila dos mercenários da escrita que proliferam em semelhantes situações

pantanosas. Penso em gente honesta, que se interroga, em algumas das mais sólidas inteligências do nosso tempo. Na verdade, neste momento, estou pensando em Simone de Beauvoir.

Prezada M. Manuela Cruzeiro

Imagino (continuando a usar dessa liberdade) que estaria à espera, em qualquer altura do presente comentário, de um meu inevitável tropeção na Simone de Beauvoir. Exactamente, em relação à infância e juventude da consagrada autora, tal como ela as descreve nas “*Mémoires d’une jeune fille rangée*” (ed. Gallimard - 1958) ... recordando, aos 50 anos de idade, os primeiros 23 anos de vida. Os anos de formação do carácter.

A tradução portuguesa do título original foi “*Memórias de uma menina bem-comportada*” (porventura a mais correcta). Mas eu, que estou em acto de cotejar duas biografias, preferiria substituir a ideia de bom-porte social, pela ideia de boa-formação moral. Em português comum, aliás, uma pessoa bem-formada significa uma pessoa de carácter.

No caso, duas jovens educadas à luz de valores morais idênticos, inflexíveis, de cepa burguesa-católica; que assimilaram, sem dúvida; mas que, apesar disso (ou por isso?), de modo algum impediram o seu processo de libertação individual e de afirmação de uma vincada personalidade independente. Bem pelo contrário. A rigidez dos princípios, a sua base irracional religiosa, os interditos e os não-ditos, a angústia da culpa e o terror das chamas do inferno - como recorda tão vivamente a M. Eugénia - as confissões e os retiros espirituais no colégio das freiras (desde os 7 aos 18 anos!) ... todo esse clima acabava por despertar, nos espíritos mais fortes, os respectivos antídotos: dúvidas, contestação, rebeldia; e por fim, repúdio. As meninas burguesas, de boas-famílias, bem-comportadas, de carácter bem-formado ... levantavam voo.

O meio familiar em que ambas as jovens foram criadas apresentava flagrantes paralelos ... guardadas as devidas distâncias entre Portugal, anos 30/40, fascismo rasca no apogeu; e a França, na *Belle Époque*. As duas famílias bem-pensantes, conservadoras católicas, da burguesia mediana. Escreve S. Beauvoir: "... aceitava com serenidade (pelos 10/12 anos) a modéstia da nossa condição. Toda a minha educação me assegurava que a virtude e a cultura contam mais que a riqueza". M. Eugénia dá a entender a mesma convicção e descreve idêntica modéstia doméstica. Acrescenta: "Eu nunca vi, da parte dos meus pais, dos meus

avós, qualquer ambição em relação a nós que não fosse a de sermos honestos, sérios, trabalhadores”.

É curioso notar que, reinando no lar dos Beauvoir, em Paris, um nível intelectual bastante mais elevado que no ambiente de influência militar da Casa da Horta, em Cascais, o reaccionarismo da burguesia francesa revela-se bastante mais visceral que o das lusas boas-famílias. A jovem Simone lembra, por exemplo como o direito de propriedade era, em sua casa, considerado sagrado; os rendeiros do avô são classificados de “gente bruta” (embora sem animosidade, diz); os operários ... uma espécie tão perigosa como os boches (os alemães) ou os bolcheviques; “Em qualquer circunstância, o patriotismo e o desejo da ordem (social) prevaleciam sobre a caridade cristã” (pág. 133). Ora, semelhante chauvinismo burguês jamais teve lugar numa Casa cuja alma e consciência moral era a Mãe Maria da Luz.

De resto, os trilhos das duas vivências corriam paralelos: a fome insaciável de livros e da leitura; nunca mentir ... “*Mentir c’est offenser Dieu*”; a sombra e a angústia da morte ... criando um imenso desejo de não perder tempo, nem um minuto, viver plenamente; a procura obstinada da verdade; idêntica negação e recalçamento dos impulsos sexuais, “*Dans mon univers, la chair n’avait pas*

droit à l'existence”; etc, etc, quase página a página entre as memórias das duas filhas da burguesia.

E a consciência político-social ... qual seria à entrada das respectivas idades adultas? Mesmo aí - até esse exacto ponto - pode dizer-se que o paralelismo das posições se manteve ... embora em condições históricas totalmente diferentes. Simone de Beauvoir completa os 25 anos em 1933. A França atravessava um período de grande divisão entre a esquerda (Frente Popular) e a direita (reaccionária e pró-fascista). Simone recorda: “Sabia apenas que detestava a extrema-direita”. Eugénia Sequeira atinge a idade adulta já tinha terminado a II Guerra Mundial. Diz : “... foi em resultado dos estágios de curso (Assistente Social) nos bairros periféricos que nasceu a minha consciência política de esquerda. Eu nunca suportei a injustiça ... um sistema que a provocava ... eu fiquei contra o sistema” (pág. 94).

Mas, a partir destas incipientes tomadas de consciência, perante circunstâncias geográficas, históricas e políticas tão radicalmente dissemelhantes, o destino destas duas mulheres teria que divergir. Acabaram os paralelismos. Simone de Beauvoir mergulha de cabeça, e com soberba confiança, na carreira académica, literária, das tertúlias intelectuais parisienses ... sem que a derrota, a ocupação e a resistência contra a Alemanha nazi, pareça ter perturbado muito

essa opção. Enquanto que aqui, em Portugal (na Península Ibérica), o fascismo anticomunista recebia a infame benção das potências vencedoras ... de uma guerra cujo principal objectivo era a erradicação do nazi/fascismo da Europa e do Mundo.

A geração da juventude portuguesa dos anos 40 e 50 estava condenada a um futuro sombrio, de escolhas dilacerantes: resignação /submissão; emigração/exílio; lutar contra um regime tirânico, em condições adversas e ausência de apoios, com a coragem que possuísse.

M. Eugénia, como se sabe e se lê no seu livro, escolheu o caminho da coragem e do sacrifício. “Todos nós - eu e meus irmãos- fomos educados para ter coragem” (pág. 214). Coisa simples de ouvir dizer. Mas de alguma importância - e consequência - num país fascista de almas pequenas e acobardadas. Uma família burguesa, de linhagem militar, educava os filhos para a coragem e a dignidade!! Fenómeno extraordinário na época, sem dúvida. Em todas as épocas. Na actual, designadamente. A avaliar pelo nível moral a que desceu a chamada sociedade civil. O pântano continua, não houve 25 d’Abril que lhe valesse. Os jovens de agora estão confrontados com a mesma falta de perspectivas e a escolhas dilacerantes, tal como sucedeu aos seus avós em meados do século passado.

As memórias de infância e juventude não levantam - por norma - graves problemas ao narrador. São assumidas como coisa distante, quadros inocentes de verdade cristalina. Dezenas de vezes, ouvi m/mulher M. Eugénia afirmar que poderia escrever volumes sobre esse período da vida. Qualquer escritor, entre os maiores, alimenta-se das imagens e sensações registadas nessa fase da existência. Muitos contam-na de forma directa, dir-se-ia fotográfica. “*Vivir para contarla*”, onde Gabriel Garcia Marquez descreve em cerca de 600 páginas, os primeiros 30 anos da sua vida (de 1927 a 1957); mas é fácil perceber que ficaram na gaveta, talvez o dobro das fotografias mentais.

Com efeito, são as memórias mais próximas as que despertam nos autores as dúvidas filosóficas mencionadas de início: Por quê e para quê escrever? O sentido da minha vida interessa aos outros? Até onde deve ir a minha liberdade de testemunhar?

Simone de Beauvoir (de novo), no curto Prólogo do grosso 2º volume das suas memórias (“*La Force d’Age*” - ed. Gallimard, 1960) toma posição. Aqui a transcrevo por coincidir - *mutatis mutantis* - com a que m/mulher adoptou, quer nos extractos de sua lavra, quer nos diálogos que sustentou com M. Manuela

Cruzeiro. “É impossível lançar alguma luz sobre a própria vida sem iluminar, num ponto ou noutra, a dos demais ... Neste (2º) livro consenti em omitir; nunca em mentir. Algumas falhas de memorização não comprometem, seguramente, a verdade do conjunto ... A minha vida foi estreitamente ligada à de Jean-Paul Sartre ... só falei nele na medida em que interveio na minha existência”.

Ao alcance da mão, numa selecção ocasional, folheio outros dois autores, cujas vidas de total empenhamento político, os colocam mais próximos de nós; da M. Eugénia, no caso.

Primo Levi, resistente italiano, sobrevivente de Auschwitz (para lá enviado em Dez. 1943, com 23 anos de idade). Suicidou-se em 1987 legando-nos o pungente testemunho “*Se Questo é un Uomo*” (Se Isto é um Homem). Atormentado pela dúvida - Por quê, para quê escrevi as minhas memórias do campo de concentração? - acaba por exclamar: “Antes de tudo, em busca de uma libertação interior”. Explica - entre tantas evocações avassaladoras, e poemas, etc, dirigidos “aqueles que vivem em toda a quietude”, que “... para os indivíduos com uma forte consciência moral, recordar é um dever; eles não querem esquecer e, sobretudo, não querem que o mundo esqueça ... porque compreendem que a sua experiência tem um sentido”. De igual modo o entendeu Maria Eugénia Varela Gomes, ao terminar o livro agora publicado (págs. 351 a 358): “A minha

vida teve um sentido. Fui eu que o escolhi ... Cumpri e não traí”. E se a vida e o combate político da M. Eugénia decorreram no nível relativo do fascismo salazarento, também é verdade que neste pequeno e bisonho mundo português, 30 anos passados, retorna a quietude endémica, a aceitação passiva da amnésia, imposta pela velha burguesia restaurada + filhotes. Honra, portanto, merecem aqueles que teimam em não esquecer, e erguem o seu testemunho *contra ventos e marés*, frente ao juízo colectivo.

Luis Sepúlveda, da equipa de Salvador Allende, no Chile. Escapou para o exílio depois do 11 de Setembro 1973. Num pequeno texto de 2002, pergunta-se: Por que escrevo? E as razões sobram: “Escrevo por acreditar na força militante das palavras ... Por que aprendi que ‘narrar é resistir’. E, desta barricada, escrevo com a responsável satisfação daquele que sabe ser convidado a habitar o coração da melhor gente”. Acho que são razões que tu, Gena, podes tomar para ti. Não tens que prestar contas, ou sequer apresentar-te a juízo. Como o escritor chileno, deves partir do princípio que estás convidada a habitar o coração da melhor gente ... e também de alguma outra, menos boa.

-----00000-----

Percorrendo o livro da vida de Maria Eugénia e as observações que o completam, toma corpo a ideia que para além do sentido da vida real, por ela escolhido e assumido na íntegra (em específicas condições de tempo e lugar) se perfilou um outro, alheio à sua força de vontade; o qual, em última análise, lhe ditou o destino: o sentido trágico da vida. Entramos no reino da metafísica, do divino? Ela própria responde: “Os meus deuses são os da tragédia grega. Não têm nada a ver com o Cristo”.

Logo no início do livro - exactamente na 1ª Questão - a M. Manuela Cruzeiro aponta a dualidade: “Uma visão fatalista da vida marcada pela força do destino ... sinais, premonições, pressentimentos ... por outro lado, a lucidez, a coragem, a determinação”. Mas ... Antígona, obviamente! Figura tutelar da tragédia grega, cuja sombra M. Eugénia tantas vezes vislumbra caminhando a seu lado.

Quanto a mim - seja-me permitida uma incursão filosofante - o sentido trágico da vida, tema que tanto fascinou os poetas e dramaturgos da antiguidade helénica, nasce da aspiração pelo absoluto de que os seres humanos estão dotados (Raros? Todos um pouco?). A verdade ... absoluta. A coragem ... absoluta. A dedicação pelo dever moral, a determinação por causa considerada justa ... sem cálculo e sem limite ... a entrega absoluta. Uma frase, proferida pela

M. Eugénia a págs. 356, poderia ter sido posta por Sófocles na boca de Antígona: “Portanto estou de bem com a minha vida ... tal e qual como estou de bem com a minha morte ... coisa a que aspiro muito”. A morte! A aspiração absoluta! (Quem pode confessar nunca a ter sentido?). Ao longo dos milénios da história humana, esteve permanentemente no espírito daqueles que foram considerados heróis, santos e mártires; visionários e loucos; profetas e pitonisas.

A aceitação da morte e o desejo intenso de exaurir até ao último minuto os momentos de felicidade, fazem contrapeso mútuo. Escreve Simone: “Moi, il me faut une vie dévorante”. Mas ... uma vida devorante como a que viveu Simone de Beauvoir, cumprida em cenário de carreira brilhante, fama e êxito literário ... nunca esteve dentro da possível “circunstância” da M. Eugénia. “Não escolhi nascer em Portugal, naquela família, naquele meio, naquela casa, neste País” (pág. 352).

O País! A mais fatal das contingências. “O mundo é tão grande ... porque é que eu havia de ter nascido logo aqui? ... Neste canto, neste niquinho chamado Portugal?” (idem). País submisso, de espinha partida, de mentalidade medíocre e hipócrita, onde um déspota reles e mesquinho reinou por muitos – demasiados – anos. Que outro destino senão o da altiva Antígona poderia caber a um outro espírito rebelde, corajoso e determinado? Podemos imaginar a M. Eugénia, em

Tebas, no tribunal, desafiando os preconceitos da classe e linhagem, e as leis da cidade ... nas muralhas de Tróia sitiada, transmutada em Cassandra, adivinhando na ansiedade e no desespero, as traições e os desastres que se avizinhavam. (“E eu sem nada poder fazer”).

Mulheres destas, com dons divinatórios e consciência moral, não eram destinadas a ser felizes no sentido corrente (hedonista) do termo. Não obstante, o destino trágico das suas vidas permanece como inspiração para a humanidade através de séculos de violência, tirania e injustiça; ultrapassando religiões de medo, resignação e penitência; sobrevivendo a épocas de desmoralização e apatia. E mesmo ainda hoje, nos alvares do séc. XXI, invocar o exemplo trágico dessas figuras eternizadas pelo génio ateniense, a-propósito das memórias biografadas de uma mulher do nosso tempo actual, é afirmar a prevalência da coragem sobre a rasteira ambição hedonista que parece estar a ser convertida em modelo universal da vida.

Estimada M. Manuela

Contudo, o mais penhorado reconhecimento que lhe ficamos devendo - em particular, minha mulher - tem a ver com a singular disponibilidade que revelou

para que, entre ambas, se estabelecesse “um total entendimento e a mais funda cumplicidade”; resultando ... “nesse encontro mais íntimo que dá pelo nome de amizade”. Sabe a M. Manuela, certamente, que essa amizade é retribuída e como m/mulher se sentiu reconfortada e se considera enriquecida após esse encontro. E, pode crer, que eu próprio lhe estou grato; e fico feliz pelo vosso entendimento e amizade.

Posto isto que importava deixar dito, um outro motivo que concede à edição um distintivo de livro invulgar, será “a autenticidade que nele se respira” ... em palavras da M. Manuela na Casa do Alentejo; além da mesma apreciação estar sublinhada no próprio livro.

Bem entendido, não se trata da veracidade do relato, ou do rigor das reminiscências. Essa questão não tem lugar. Trata-se, isso sim, da inteireza de carácter. Da coerência no **ser** íntimo, entre o inato e o adquirido; e dessa mesma coerência na **maneira de ser** face ao mundo. Recorramos ao verso do poeta (Ricardo Reis), oráculo consagrado por ambas as “veladoras”: *Sê todo em cada coisa. Põe quanto és/ No mínimo que fazes. / Para ser grande sê inteiro: nada / Teu exagera ou exclui. ...*. Mais terra-a-terra o “common sense” britânico, ridiculariza o “pretending”: imaginar-se como alguém outro e pretender representar esse papel no mundo. O povo despreza quem “anda a armar-se” ...

em valente ... em esperto ... em herói, etc. A vida é um teatro - como dizem outros poetas - o mundo é um palco. Não faltam actores ... bons e maus, máscaras, gente em bicos dos pés, a comédia das celebridades, a farsa da política e da justiça burguesas, etc ...

M. Eugénia reclama-se da sua autenticidade em mais de uma passagem do livro agora editado. Quando afirma “Comecei a escrever as minhas memórias porque queria ser julgada ...” é à autenticidade da sua vida que ela se refere e quer apresentar a juízo. Os factos, os episódios biográficos valem pelo testemunho descritivo. Nada mais. Acima de tudo, m/mulher não quer ser confundida com o universo de oportunistas, tartufos e fantoches que constituem, desde há vários anos, o elenco da vida pública portuguesa. Recusa-se com extrema veemência - e nessa atitude estamos juntos - a tomar parte nesse espectáculo de baixo nível e reputação duvidosa.

Isso foi perfeitamente compreendido pela M. Manuela quando escolheu para parágrafo final do livro agora editado, a reforçada exclamação de M. Eugénia: Mas personalidade eu nunca quis ser. Nunca!

O repúdio do protagonismo - modéstia, em suma - é, decerto, ditado por uma faceta inata do seu carácter; mas é também uma afirmação de consciência moral, cívica e ideológica. Em várias passagens M. Eugénia expressa a sua

admiração pela simplicidade com que as companheiras de cárcere se referiam aos tremendos sacrifícios pessoais de uma vida na clandestinidade (eram quase todas membros do Partido Comunista), aos custos de uma devoção total à causa em que acreditavam. Nem um traço de vaidade, o mínimo esboço de vanglória ou auto-valorização. Respeitaram-se mutuamente. Ficou para sempre amiga de quase todas. Ficou ainda a dever-lhes - acho que posso dizê-lo - um novo paradigma de dedicação total.

Por fim, teremos que voltar ao tema da morte, recorrente em todo o livro. Poderá dizer-se que está presente como fantasma obsessivo. Ora a explicação para tal suceder encontra-se no próprio projecto/objectivo da publicação. M. Eugénia sempre considerou as suas memórias - desde que se decidiu a escrevê-las, ou qualquer outra recapitulação biográfica - como um testamento. Muito mais de que um testemunho histórico ... ou com pretensões a tal.

Um testamento é escrito, ou ditado, por quem sente a ameaça, ou a proximidade da morte; por quem se sente doente, ou desgostoso com a vida: por quem, por disposição natural mais opções de inteligência e de consciência, desenvolveu uma visão trágica do destino da humanidade.

Através das recordações cronologicamente desfiadas por M. Eugénia pode afirmar-se que a sombra da morte se tornou consistente no seu imaginário a partir

do parto do nosso segundo filho e do perigo de vida que então correu, devido a incompetência médica. Por trágica crueldade do destino, esse filho - o nosso querido Chapi - foi voluntariamente ao encontro da morte, 45 anos depois. "Vou-me embora - sem ódio - deste mundo maldito", deixei eu gravado, em seu nome, no local que escolheu "para se ir embora", no alto da Serra de Sintra que ele tanto amava. Podem imaginar-se os efeitos devastadores deste trágico acontecimento no estado de espírito da Mãe ... Entendido como confirmação de premonições negras, dos presságios funestos, dos sinais anunciadores de calamidade. A sombra da morte que a acompanhou desde jovem - desde sempre, na verdade - adensou-se, rebentou como tempestade irremediável. De projecto urgente, o testamento tornou-se imperativo. Desesperadamente imperativo. Deixar algo de si aos filhos, aos netos, aos amigos ... às ondas do mar que flutuam mensagens, ao imprevisível vento que semeia inquietação nas mentes adormecidas.

Não havia - nunca houve, nem há - um metro quadrado de propriedade para deixar a herdeiros. A herança que a M. Eugénia quis legar era - e é - as suas memórias; pedaços de vida na 1ª pessoa, muito mais que testemunhos, ou grandes sentenças. Disso se apercebeu, com imediata e rara sintonia, a M. Manuela Cruzeiro ... prontificando os seus bons ofícios de "notária testamenteira"; e mais

ainda, depois de concluídos os autos, os de “procuradora”, incansável na respectiva publicação. Ambos os officios levados a cabo, não apenas com elevada proficiência mas, igualmente, com inapreciável amizade. Outros tantos novos averbamentos na nossa folha de débitos de que lhe ficamos devedores.

Terminados pois os autos (mantendo a terminologia) convém, no entanto, proceder a uma última chamada de atenção, relembrando quão importante é na vida das pessoas a circunstância em que ela decorre. Desde logo, a circunstância político-social que condicionou o percurso da M. Eugénia (e de todos nós, valha a verdade) e lhe impôs o dever da revolta. Circunstância que a actual sociedade portuguesa, dita democrática (na realidade, restauracionista e filofascista) faz de conta que nunca existiu. E foram 48 anos! Limitar a explicação da vida de um qualquer cidadão português do século XX, ao fatalismo da nascença, à componente psicológica, isolando a compreensão do indivíduo da respeitante à da comunidade a que calhou pertencer ... é uma armadilha grosseira, por demais conhecida e denunciada ... que só obtém trânsito em locais (países) onde a inteligência está corrompida e é capaz de pactuar com o “politicamente correcto”, em troca de um simples prato de lentilhas.

Sim, o condicionalismo político / social - o fascismo, concretamente, suas emanações de passividade e cobardia - foi determinante no destino, nas escolhas,

nos infortúnios sofridos pela M. Eugénia. Inclusivé, na fatal decisão do nosso 2º filho, que consigo transportou até à derradeira hora, o trauma causado pela prisão prolongada do pai e da mãe, tinha ele 8 anos especialmente sensíveis e carinhosos. Num registo mais leve, também sonhos e legítimas esperanças teve m/mulher que abandonar por força do seu empenhamento na luta anti-fascista. A atracção por Paris, que foi para a nossa geração a cidade mítica da liberdade, da inteligência, da arte e da aventura, ali viver, longe da mesquinhez lusitana ... é mágoa que permanece, saudade de não ter sido. Disponibilidade de tempo e preocupações para satisfazer inúmeros interesses culturais, curiosidade por saber e conhecer, desejo de uma “vida devorante” ... sonhos desfeitos, pequenas coisas sofridas, acumuladas até cristalizarem em decepção, em resignada filosofia. Acresce que m/mulher saíu das prisões da Pide muito combalida fisicamente. Foram só 18 meses (o que na ironia prisional mal dava para arrumar a escova de dentes), separada dos filhos pequenos (dos 4 aos 9 anos) da família, angustiada pela minha convalescença, etc. Logo mergulhou numa actividade frenética, própria da sua natureza, mas que em nada lhe beneficiou o estado geral da saúde e a tranquilidade de espírito. Aguentou, claro está, sempre inquieta e alerta aos manejos e perseguições da Pide ... que prendeu as filhas e o rapaz mais velho; e ela própria, um dia raptada no meio da rua.



Quando aconteceu o 25 de Abril ... “eu estava muito desfeita. Eu vivi esse dia (e todos os seguintes, afinal) com uma enorme inquietação”. Incrédula, apavorada com a multidão de oportunistas de cravo na lapela e inflamada fraseologia comunista, pôs-se de lado, não participou na euforia geral, numa festa que lhe parecia inconsciente e conduzindo ao desastre. Do alto do Castelo de Lisboa, como a sua antepassada em Tróia, prevenia e afligia-se antevendo um desenlace “à chilena”; que efectivamente sucedeu, a 25 Novembro 1975, versão “português suave” do golpe de 1973, no Chile.

Nas últimas décadas do séc. XIX, Antero de Quental - santo maior no oratório poético da M. Eugénia - desalentado com os males da Pátria e a malogro da esperança de redenção suscitada pela Revolução Liberal, exclama: “Este País dá vontade de morrer”. Vontade que veio a cumprir, voltando uma pistola contra si próprio, aos 49 anos (1891).

Na outra extremidade do arco do tempo - precisamente, no passado mês de Dezembro (2003), estava eu a seguir uma reportagem na TV, onde uma jovem explicava que se tinha visto obrigada a ir estudar medicina para Salamanca porque: “Nasci em Portugal. Paciência” (Não posso imaginar nada mais acabrunhante que esta simples frase).

No intervalo entre essas duas extremidades vivemos nós, viveu a M. Eugénia. E milhões de compatriotas, mais ocupados em cavar o sustento e a sobreviver, que a questionar as causas da sua “apagada e vil tristeza”. Muito poucos tomaram consciência da opressão fascista; muitos menos - honra aos trabalhadores rurais alentejanos - foram capazes de se rebelar.

Maria Eugénia Varela Gomes remata, a págs. 335 das suas Memórias: **Escrevo tudo isto, olhando de fora, com amargura, mas também com muita ironia, como quem observa uma República das Bananas, que este pequeno e pobre país nunca foi mais que isso, por muito que me custe dizê-lo. Eu é que me enganei na terra onde nasci, e à qual dei o que ela não merecia.**

Lisboa, fins de Janeiro, 2004

Pós - Escrito

Logo após ter concluído a escrita do presente Comentário, quedei hesitante em remetê-lo (divulgá-lo) sem suavizar os acordes finais ... que podem soar excessivamente desencantados.

Assim, peço vénia à M. Manuela Cruzeiro - reiterando o apreço e os parabéns pelo trabalho realizado - para juntar um codicilo endereçado, em especial, a m/mulher.

Querida Gena

Os deuses do Olimpo não lançaram sobre o teu destino olhares inteiramente benfazejos. Isso (a)parece irrefutável.

Todavia, quero pensar que não te abandonaram de todo. Que mesmo o sopro de tragédia, que te impeliu durante a vida, seria destinado a distinguir-te da massa amorfa do comum dos mortais; que as sombras permanentes de Antígona e Cassandra te acompanharam, mais para prevenir que para precipitar; que o som do clarim que teria saudado o teu nascimento (pág.24) era de combate e revolta, mas não pretendia prenunciar o toque de silêncio e morte.

Aceitemos pois, alguns sinais de benevolência, embora tenham sido cometas fugidios em fundo escuro, momentos/dias de paz e descompressão. Entretanto, nesse sentido, um recente sinal de favor astral, aparenta o propósito de aliviar algumas nuvens mais sombrias. Merece relato. // Estavas tu, febrilmente,

//

a escrever as tuas memórias/testamento. Os imaginados deuses da tragédia grega, espreitando por cima do teu ombro, aperceberam-se que o lar da tua infância - a Casa da Horta de St^a. Clara - continuava sendo objecto perene da tua Procura do Tempo Perdido, refúgio idealizado para as adversidades do mundo. E então, quando a grande Casa parecia condenada à demolição e o respectivo espaço à especulação imobiliária ... eles - os donos do destino e da contingência - decidiram enviar um humano para impedir esse novo desencanto. Uma jovem mulher, pois claro! (Quem, de outro, poderia ser?). Desempenhando o prosaico ofício de architecta camarária. Vinha com a missão redentora de reconverter a Casa da Horta em Biblioteca Municipal. Ainda a conhecemos, com ela falámos; tu, várias vezes. Decerto ela jamais se deu conta que pouco a pouco, desenho a desenho, estava absorvendo o espírito do lugar. Mas foi isso mesmo que sucedeu. De que outra maneira se poderia entender todo o respeito - diria amor - com que a obra/missão foi cumprida?

No ajardinamento da entrada, lá estão as árvores plantadas pela Avó Maria da Luz, aonde trepavam os nossos filhos. O grande quarto dos bisavós, encimando a fachada, depois das nossas filhas e primas. Passa o vulto do nosso pequeno Chapi, com o rosto inocente e feliz desse tempo de outrora. Etc. Basta de nostalgia. Cada uma das muitas dezenas, até centenas de habitantes e

frequentadores da Casa da Horta de St. Clara, em mais de 65 anos do séc. XX, guardará a sua recordação pessoal inesquecível. Porque era isso. Aquela casa marcava todos e qualquer um. Como estou certo, sucedeu com a arquitecta, mesmo com a casa vazia e em parto de obras.

“A Arquitecta”, é o título que imaginei para um belo romance. Que aqui fica, desde já, encomendado ao Mário de Carvalho. Que, na apresentação do livro da Manuela Cruzeiro/M. Eugénia V. G., deixou transparecer o fascínio pelo tema. A heroína narradora, à medida que avança com o trabalho, vai reconstituindo a história do lugar. Vestígios, encontros e conversas imaginárias com desvairadas gentes, percursos inesperados. Parece um esquema banal. Para deixar de o ser, vai precisar de talento e empatia emocional ... como em qualquer outra obra de criação.

Temos passado pela nova Biblioteca Municipal, quando vamos a Cascais. (E depois de compor a campa do nosso Chapi, sepultado no cemitério da Guia). Consola-nos a alma. Podes tu pensar – Gena - que no teu antigo quarto repousa agora o poeta Antero, ou o Cesário; noutro recanto, o Sartre e a Simone mantêm uma eterna discussão filosófica. Dá-nos prazer ver gente a entrar, a ler nas salas ou no jardim. Saber que muitas crianças das escolas enchem de vida e movimento o espaço que as nossas ocuparam.

Mãe Gena: a casa de teus pais e avós, a tua casa e a de teus filhos, não caiu em ruínas como tantas outras de gente ambiciosa e mesquinha. O local não está profanado por mamarracho de mestre de obras. Mesmo cercado por construções desse tipo, nas traseiras da feia cidade de agora, consegue manter - por estranho mistério - o velho fascínio; apresenta uma rejuvenescida dignidade, compete-lhe uma nobre função.

Ao invés do País em que calhou nascermos, terra de mágoa e desencanto, essa tua pequena Pátria, onde te fizeste mulher e foste mãe, não te enganou, não traiu as cinco gerações que lhe insuflaram alma ... mereceu-te.

A Casa da Horta de St^a Clara está simbolicamente de pé, de portas abertas como era tradição, altiva por suposto, desafiando os presságios funestos. No dia em que o teu corpo de lá sair - conforme está disposto e autorizado - alguém ... um filho, uma arquitecta apaixonada, a voz de Antígona, a penitente Cassandra ... poderão responder ao poeta:

*Teu íntimo destino involuntário
Cumpriste alto. Foi teu filho.*

